

ONZE TESES SOBRE O ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL E TODO(S) O(S) ESPAÇO(S) LUSÓFONO(S) *

Fernando Santos Neves

Reitor da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

1. O Ensino Superior deverá ser considerado, nos alvares do século XXI, como a «instrução» ou a «educação» ou a «alfabetização» ou a «literacia» própria do nosso tempo, à semelhança do que, noutros tempos, foi considerada a «escola primária» e a «escola secundária». Desgraçadamente, fazendo jus à observação de P. Teilhard de Chardin, uma multidão dos nossos contemporâneos, que se arrogam o direito de doutoralmente e até reitoralmente falar destas e outras questões, ainda não são modernos e apenas cronologicamente podem dizer-se do nosso tempo.

2. Consequentemente, o Ensino Superior deveria ser normalmente e constitucionalmente proclamado, em sentido análogo ao que noutros tempos se fez relativamente à «escola primária» e à «escola secundária», como «universal, obrigatório e gratuito» (tal foi, aliás, o sentido provocatório da minha «opinião publicada e discursada» sobre o assunto, em que até falei, «não já de rendimento mínimo mas de **habilitação mínima nacional garantida**»); e a imposição de qualquer «**numerus clausus**», para além de constituir um crime e um absurdo em si mesmo, significa também a condenação de uma Sociedade e de um País ao subdesenvolvimento.

3. Consequentemente também, é mesmo verdade e deveria ser já para todos uma evidência que o Ensino Superior faz parte da panóplia dos **direitos humanos fundamentais**, contra todos os aristocratismos serôdios e elitismos provincianos daqueles para os quais democracia e qualidade aparecem como incompatíveis e só não querem que todos se tornem «doutores» para continuarem eles com o exclusivo e os privilégios de «Senhores Doutores» ou, nas palavras agrestes do Ministro Mariano Gago, contra «**todos os imbecis que vão continuar a dizer que há doutores e estudantes universitários a mais**».

4. Consequentemente ainda, toda a famigerada questão das **propinas** é constantemente mal posta e nunca deixará de ser uma falsa e alibista questão; mesmo do ponto de vista estritamente económico, só os míopes incuráveis é que ainda não entenderam que o Ensino Superior é o investimento mais rendível de uma Sociedade e que uma das razões mais que suficientes (e maximamente louváveis) por que Guterres e Blair e Clinton querem fazer da «Escola» a sua «Paixão» é a lucidez que os leva a descobrir na «Educação» a «**Nova Riqueza fundamental das nações contemporâneas**». E virá sempre a propósito a linear e lapidar argumentação do Doutor Mário Soares na revista dos Estudantes de Direito da Universidade de Lisboa: «**Então para que servem os impostos pagos por todos os Portugueses?**»

5. O Ensino Superior constitui o motor essencial da «**Democracia**» e do «**Desenvolvimento Humano Sustentado**» e nunca haverá nem «fumos da Índia» nem «ouros do Brasil» nem «impérios de África» nem «milhões da Europa» que o possam substituir (embora estes últimos possam e devam ajudar, uma vez ultrapassada a etapa do que chamei a «doença infantil» ou a «interpretação provinciana» ou a

* Publicadas sob o título «Que Ensino Superior para o Século XXI?», em *Anuário da Educação* 1999/2000.

«fase novorriquista e bacoca» da «integração europeia de Portugal»); como espaço maioritariamente com défice democrático e sub- ou semi-desenvolvido, o Espaço Lusófono deveria sentir-se particularmente concernido e empenhado em toda esta matéria.

6. O Ensino Superior do nosso tempo ou moderno deverá ser um ensino simultaneamente das Ciências Humanas e Sociais e das Ciências Naturais e Técnicas, numa perspectiva de confluência e de síntese do Antropocosmos e do Tecnocosmos, perspectiva que já denominei de «antropótica» e que o Prof. Abel Salazar traduziu no programa de aplicação universal: «**O médico que só sabe medicina nem medicina sabe**».

Tal perspectiva pressupõe uma ruptura ou revolução epistemológica que se poderá caracterizar de primordial (REP), na medida em que é o próprio conceito de ciência que é despido de todos os monismos e totalitarismos humanistas de ontem ou tecnicistas de hoje e se abre a todas as exigências e potencialidades da **interdisciplinaridade teórica e departamental**.

7. O primeiro projecto, em Portugal, de uma tal Universidade foi, nos anos 70, o projecto da «Universidade Nova de Lisboa», que, por razões várias, não passou disso mesmo, de um projecto, inviabilizado e tornado velho ainda antes de nascer, não obstante as louváveis mas frustradas tentativas do Prof. Leopoldo Guimarães na Faculdade de Ciências e Tecnologia e a nova metodologia, a que se auguram os maiores êxitos, introduzida pelo Professor Freitas do Amaral na recém-criada Faculdade de Direito. E tal projecto novo que não chegou a ser era, essencialmente, o seguinte: uma Escola situada num campus, com as diversas áreas científicas estruturadas não em Faculdades autárquicas mas em Departamentos autónomos a comunicarem entre si ou seja, utilizando uma terminologia mais académica: **um campus universitário, uma interdisciplinaridade pedagógica, uma interdepartamentalidade institucional**. Infelizmente, 20 anos mais tarde, ao enveredar por tal «novidade-modernidade», como consta da sua filosofia inicial e vem exarado nos seus estatutos, a ULHT – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias faz entre nós figura de pioneira quase absoluta.

8. Também «**Ruptura ou Revolução Epistemológica Particularmente Primordial**» (REPP) é exigida, como condição sine qua non de quaisquer mudanças e reformas que valham a pena, ao nível dos conceitos e práticas dos designados «Ensino Público» (que mais exactamente se chamaria «Estatal») e «Ensino Privado»: enquanto, por inércia de estereótipos culturais ou outras razões, um OU outro for considerado como «O» ensino propriamente dito e não apenas como «um» dos ensinos ou subsistemas com igual dignidade, iguais direitos e deveres, não será possível sair das teorias e práticas consubstanciadas em instituições como o CRUP (Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, que exclui, tranquilamente, as Universidades Privadas como se estas não fossem Universidades e como se não fossem

Portuguesas) e outros organismos oficiais (que, de maneira anti-constitucional, subsidiam ou privilegiam apenas o Ensino Superior Público e o Ensino Superior Católico, como se a totalidade dos estudantes portugueses que frequentam as Universidades Privadas não fossem, também eles, cidadãos Portugueses e não pagassem, eles ou as suas famílias, os mesmos impostos sociais).

9. Assim, todos os estudantes deveriam poder efectivamente escolher e seguir, em condições idênticas e com idênticas facilidades económicas, o Ensino Superior Nacional (público, privado, cooperativo ou qualquer outro) por que livremente optarem, numa real «**igualdade de oportunidades**». Até quando se tolerará o intolerável, quer dizer, a injustiça material e o atentado ao direito e à dignidade da juventude portuguesa? Como último mas legítimo e imperioso recurso, para que servem os tribunais, designadamente os tribunais comunitários da União Europeia?

Não será que a «Educação Superior para todos» constitui um dos últimos e mais pertinentes novos nomes do «Humanismo», do «Cristianismo», do «Ecumenismo», do «Desenvolvimento», da «Democracia», dos «Direitos Humanos», do «Socialismo», da «Revolução» e da «Lusofonia» do nosso tempo?

10. Todos estes princípios, em todos os aspectos, deveriam aplicar-se ao estranho e nada cristão caso do «**Ensino Superior Católico**», que não se apresenta nem como «público» nem como «privado», antes pelo contrário (ou seja, «concordatário»), conforme as circunstâncias e conveniências; e todo o consciente ou inconscientemente fenómeno do regresso à «era de Constantino» contra a qual se insurgiu, primeiramente entre nós, o Bispo do Porto António Ferreira Gomes na célebre carta a Salazar, e posteriormente todo o Concílio Vaticano II, na proclamação de «**Uma Igreja livre num Estado livre ou laico!**», além das injustiças e dos arcaísmos que reflecte e reproduz, não poderá deixar de vir a dar razão às conclusões do historiador britânico A. Toynbee: «**O conluio da Igreja com o Estado revelar-se-á sempre como a aliança de Fausto com Mefistófeles!**» Mesmo que a ordem de aplicação dos personagens seja arbitrário e varie conforme os tempos e lugares.

11. Até aqui já se fizeram (e continuam a fazer-se) mais que muitos discursos sobre o Ensino Superior; o que interessa, porém, é, através de um Ensino Superior, Democrático E de Qualidade, de Qualidade E Democrático, como o acima referenciado, **transformar, democratizar e desenvolver Portugal e todo o Espaço Lusófono**. Até porque tudo o resto não passa de (má) literatura ou, nos termos utilizados, respectivamente, pelos Professores Alberto Amaral e Marçal Grilo, de maior ou menor «disparate» ou de mais ou menos explícito «ensandecimento».